

**A atuação docente sob as influências de projetos neoconservadores: entre
silenciamentos estratégicos e outras resistências**

*La actuación docente bajo la influencia de proyectos neoconservadores: entre
silenciamientos estratégicos y otras resistências*

Letícia Maria Rebelatto
Marilandi Maria Mascarello Vieira
Diego Orgel Dal' Bosco Almeida
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
Chapecó- Brasil

Resumo

O artigo tem por objetivo caracterizar algumas influências dos projetos neoconservadores dirigidos à atuação docente na educação básica. Trata-se de pesquisa quanti-qualitativa realizada por meio de questionário aplicado a 77 professores que atuam na rede pública estadual de ensino de Santa Catarina/Brasil. Os resultados apontam que os docentes reconhecem a influência, ainda que difusa, dos movimentos neoconservadores em sua atuação e que há alguns temas como política, gênero, sexualidade e religião que têm sido alvo desses movimentos. A pesquisa concluiu que os docentes resistem de diferentes modos, seja através de silenciamento estratégico ou seguindo seu trabalho com temáticas consideradas alvo por projetos neoconservadores, tendo maior ou menor receio de serem coagidos ou expostos. Também indicam que aproximadamente metade dos docentes participantes já pensaram em desistir da profissão, mas que continuam nas lutas sindicais.

Palavras-chave: Movimentos neoconservadores; Perseguições; Silenciamentos.

Resumen

El artículo tiene por objetivo caracterizar algunas influencias de los proyectos neoconservadores dirigidos a la actuación docente en la educación básica. Se trata de investigación cuantitativa realizada por medio de cuestionario aplicado a 77 profesores que actúan en la red pública estadual de enseñanza de Santa Catarina/Brasil. Los resultados señalan que los docentes reconocen la influencia, aunque difusa, de los movimientos neoconservadores en su actuación y que hay algunos temas como política, género, sexualidad y religión que han sido blanco de esos movimientos. La investigación concluyó que los docentes resisten de diferentes modos, sea a través de silenciamiento estratégico o siguiendo su trabajo con temáticas consideradas como blanco por proyectos neoconservadores, teniendo mayor o menor temor de ser coaccionados o expuestos. También indican que aproximadamente la mitad de los docentes participantes ya pensaron en desistir de la profesión, pero que continúan en las luchas sindicais.

Palabras Clave: Movimientos neoconservadores; Persecuciones; Silenciamientos.

1. Introdução

As trajetórias do conservadorismo e do neoconservadorismo têm chamado a atenção dos pesquisadores nos últimos anos. A ascensão de movimentos denominados de conservadores ou neoconservadores, bem como de uma ofensiva dos setores da direita política podem ser vistos como um dos motivos do interesse. Desde os estudos do campo da história da educação até investigações ligadas ao das políticas educacionais e currículo apontam para um tema “[...] premente no contexto das políticas educacionais no Brasil”, cuja “complexidade” tem a ver com o reconhecimento de que não se trata de um “fenômeno político único e homogêneo [...]” (Corsetti, 2019, p. 774).

No Brasil, nos últimos anos, em um contexto conflagrado do ponto de vista político, assistimos a emergência de projetos neoconservadores propostos por bancadas políticas autodenominadas “cristãs” e “conservadoras” no legislativo, nos diferentes níveis de poder (federal, estadual e municipal). São projetos que comprometem o futuro da educação pública e podem ser vistos a partir da complexa junção de políticas neoliberais e conservadoras (Lima; Hypólito, 2019).

Entre esses projetos estão o Escola Sem Partido (ESP), o *homeschooling* e as escolas cívico-militares. O ESP, mesmo sendo considerado inconstitucional, por exemplo, ao mesmo tempo em que o *homeschooling* e as escolas cívico-militares lograram implementação mais concreta – esses projetos se originam de discursos difusos que circulam na sociedade brasileira e têm afetado diretamente o trabalho dos professores e o currículo escolar. Trata-se de manipular as ações do Estado, que deveriam ser públicas, inclusivas e democráticas, fazendo delas uso particularizado, destinado a atender interesses de grupos que, nos últimos anos, para integrar o campo político com mais chances de se elegerem, buscam pela hegemonia na definição dos rumos da educação pública.

Diante deste cenário, este trabalho, que se constitui num recorte de uma pesquisa mais ampla, tem por objetivo identificar as influências dos projetos educacionais neoconservadores no trabalho docente e para atingir esse propósito foi organizado em quatro partes. A primeira contextualiza a origem das ideias neoconservadoras na educação brasileira; na segunda constam as características e intencionalidades dos projetos educacionais neoconservadores, ou seja, ESP, *homeschooling* e escolas cívico-

militares; a terceira descreve o percurso metodológico do estudo e a última explicita como os projetos têm influenciado o trabalho docente.

2. Movimentos neoconservadores no Brasil

Ao contextualizar os movimentos neoconservadores foi necessária a interlocução com autores referenciais do tema e nos deparamos com pesquisas que recorreram à história para explicar a emergência dos movimentos neoconservadores. Partimos do pressuposto, portanto, que a remissão histórica é um traço fundamental na compreensão dos sentidos desses movimentos e sua relação com diferentes temporalidades.

Assim, a partir dessa remissão histórica a compreendemos a partir do que Nóvoa (2005, p. 10-11) aponta como uma pista para pensar os porquês da História da Educação, que nos auxilia, enfim, a cultivar um “ceticismo saudável”, compreendendo a “lógica das identidades múltiplas” e com a qual se torna possível entender “[...] memórias e tradições, pertencas e filiações, crenças e solidariedades”. Esses estudos frequentemente estabelecem as relações entre realidades educativas e pedagógicas passadas e presentes, tornando possível aos profissionais darem sentidos ao seu trabalho docente.

Especificamente com relação às políticas neoconservadoras, não será demais dizer que se assentam em uma visão míope e excessivamente nostálgica de um passado pretensamente único, *puro* e cujo forte apelo social, para ganhar adesão, necessita anular as dimensões mais complexas da vida social.

Barroco (2015) distingue conservadorismo e neoconservadorismo e situa essa passagem historicamente no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos de 1970, quando, para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, houve uma reatualização do conservadorismo, que incorporou os princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. Essa “nova versão” do conservadorismo Barroco (2015, p. 625), identifica como neoconservadorismo:

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

Neste estudo os termos são tratados como sinônimos, visto que não há consenso entre os pesquisadores sobre a sua diferenciação do ponto de vista conceitual. Os

movimentos conservadores ou neoconservadores, curiosamente, podem ser vistos em constante mudança, sendo possível observar suas transformações quando consideramos, a partir do olhar crítico da história, afinal, as múltiplas arquiteturas de sentido que vão mais longe que os discursos e que a memória imediata mobilizada por esses movimentos. Desse modo, o teor dos discursos conservadores se modifica quando mudam os contextos. Assim, eles podem ser compreendidos como produtos de um movimento maior, histórico e cultural.

Os movimentos conservadores politicamente colocam-se à direita, pois se opõem a políticas igualitárias coletivistas e colocam “[...] a ênfase moral, sobretudo religiosa, nas questões sexuais e reprodutivas” (Henriques, 2021, p. 36). De acordo com Sepúlveda e Sepúlveda (2019), qualquer mudança social, segundo os conservadores, produziria “[...] um abalo na tradicional e estática concepção de mundo herdada da Idade Média” (p. 871). Por isso, entre outros motivos, os conservadores se colocam em oposição aos ganhos ou direitos sociais baseando-se na anti-intelectualidade, na irracionalidade, além de atuarem contrários também a qualquer perspectiva revolucionária, de mudança estrutural.

Esses movimentos perfazem também sua identidade, no contexto de surgimento e avanço do neoliberalismo. Barroco (2015), situa essa passagem no contexto da crise mundial do capitalismo nos anos de 1970, quando, para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, houve uma reatualização do conservadorismo. A partir dela foram incorporados princípios econômicos do neoliberalismo aos ideários conservadores sem a necessidade, de modo específico, de se compreender a realidade.

O movimento neoconservador tomou força quando a direita brasileira perdeu o pleito eleitoral em 2014, não aceitou a decisão democrática dos brasileiros e retomou o programa do então vice-presidente Michel Temer, com o apoio do parlamento. A conjuntura de polarização política ganhou força, principalmente após as manifestações de 2013, que instalaram um sentimento de mudança e indignação com o sistema político e contra a corrupção. Após as eleições de 2014 a fragmentação partidária é evidente: “Liberais, lideranças religiosas, agentes ligados à segurança pública e ao armamento populacional, bem como outras categorias e instituições descontentes, compõem aquilo que se convencionou chamar de ‘onda conservadora brasileira’” (Henriques, 2021, p. 16).

A expansão neoliberal capitaneada por Michel Temer e a ascensão de Jair Bolsonaro estão alinhadas a vários interesses de diferentes grupos unidos por alguns ideais como “liberal na economia e conservador nos costumes” ou “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, slogans que deixam clara a defesa da moral e mínima intervenção do Estado em questões econômicas (Henriques, 2021).

A chapa vencedora do pleito eleitoral de 2018, liderada por Bolsonaro, combinou duas filosofias sociais: conservadorismo e liberalismo. Os conservadores são caracterizados como autoritários, no que se refere à forma de governo, mas os liberais têm se mostrado aparentemente pela defesa da democracia liberal. Mas o que se pode observar é que os liberais também mostraram seu lado autoritário, pois se uniram aos conservadores. Temos então liberais e conservadores autoritários no comando (Freitas, 2018).

Usando as igrejas como “palanque eleitoral”, Bolsonaro discursou contra as minorias, fez sua propaganda eleitoral, influenciando as decisões dos fiéis. Para Castro (2021), a irracionalidade é um ponto fundamental nesta coesão religiosa, pois por mais absurdas que sejam as notícias, com a desvalorização da ciência ou colocação dela em equidade com crenças, as pessoas ficam suscetíveis a qualquer mentira ou ataque à ciência. Segundo Alves (2020), os grupos neoconservadores uniram-se à burguesia capitalista em uma guerra contra qualquer conquista popular, em especial na educação, ciência e pesquisa. Esse cenário fomentou o surgimento de movimentos neoconservadores na educação, como o ESP, o *homeschooling* e escolas cívico-militares, abordados na próxima seção.

3. Movimentos neoconservadores na educação brasileira

Os movimentos neoconservadores exerceram forte influência na educação brasileira nos últimos anos por meio das tentativas de criação de projetos legislativos, como o ESP, as Escolas Cívico-Militares e o *homeschooling*, bem como nas disputas por ocasião da definição do currículo escolar, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal. Analisa-se, portanto, como tais movimentos se articulam, buscam espaços de poder e marcam território através dos mecanismos legislativos e curriculares.

Penna (2018), alerta para a necessidade de encarar com seriedade a ameaça dos discursos e os projetos de lei, que acabam por absorver seus ideais, mesmo ilegais, do ponto de vista educacional. Com relação ao ESP, afirma que o enfrentamento, em 2004,

do discurso daquele movimento não foi realizado de forma adequada, pois por mais absurdo e contrário à legislação educacional brasileira, espalhou-se com muita rapidez na internet:

Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional. Os memes, imagens acompanhadas de breves dizeres, têm uma grande importância nesse discurso simplista (Penna, 2017, p. 35).

Segundo Freitas (2018), é natural que em uma sociedade aprisionada a escola seja refém do liberalismo econômico de Paulo Guedes. Com a privatização, a ideologização já não será um risco, pois estará sob a responsabilidade do empresariado. Para Gonzalez e Costa (2018), com o discurso de que professor não é educador, privilegia-se a técnica e incorpora a ideia de que educação vem de casa e a escola deveria restringir-se a transmitir conteúdos que não fossem contra as convicções religiosas e morais da família.

Mesmo que os simpatizantes do ESP proclamem que tem como objetivo defender o direito das famílias na educação dos filhos de acordo com a moral e os bons costumes, na verdade o que desejam é o controle sobre o trabalho docente. Assim, Gonzalez e Costa (2018, p. 562), defendem que é preciso: “[...] professores com uma boa formação técnica, mas também com liberdade de ensinar e pesquisar no sentido da realização do compromisso político ao lado das camadas populares”.

O ESP, portanto, tinha por objetivo barrar “[...] um exército organizado de militantes travestidos de professores [que] prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (Lima; Hypólito, 2019, p. 10). Penna (2018) observa que o discurso do ESP constitui uma “exterioridade constitutiva”, onde tudo e todos que se opõem ao projeto de lei estão ligados à esquerda internacional e promovem, assim, um discurso envenenado. O outro se torna então um perigoso inimigo infiltrado em diferentes instituições, subvertendo as palavras e colocando em risco as famílias tradicionais. Usa como base o discurso da conspiração comunista do golpe militar de 1964, inflamando a sociedade contra o velho inimigo vermelho, que ameaça crianças (Penna, 2018). O ESP, mesmo derrotado, ainda assombra professores, seja por denúncias ou pelo silenciamento de práticas docentes.

Com relação ao *homeschooling*, Vasconcelos e Boto (2020) destacam que surgiu nos anos 2000, com muitos adeptos que almejam soluções alternativas, levando em

consideração as novas tecnologias que permitiriam a educação fora do estabelecimento escolar, que dizem desacreditar das reformas educacionais.

Zitkoski e Rosa (2022) afirmam que, mesmo com a legislação contrária ao *homeschooling* no Brasil, há insistência de famílias pela sua legalização e localizaram até 2022 cerca de quinze projetos de lei sobre a educação domiciliar e em maio de 2022 chegou ao Senado outro projeto (PL nº 1.388/2022), que está na Comissão de Educação do Senado.

Os projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional exemplificam os rumos do *homeschooling* e as justificativas dos autores dos projetos explicitam o entendimento e o interesse desses políticos na sua aprovação. Gemelli e Maganhini (2019, p. 288) analisaram oito projetos de lei referentes ao *homeschooling* em diferentes estados brasileiros e constataram algumas justificativas comuns entre elas:

- a) melhoria da qualidade do ensino; b) combate à violência, uso de drogas, bullying, sexualidade precoce e outras ameaças às quais estão expostas as crianças e jovens; c) divergência de princípios, convicções filosóficas, éticas e religiosas; d) necessidade de atendimento às particularidades do desenvolvimento de crianças e jovens; e e) direito de escolha das famílias.

É importante destacar que os mesmos parlamentares que descredibilizam a educação brasileira e defendem o ensino domiciliar, não apresentam projetos de lei para a melhoria de sua qualidade e oferta ou cobram tais ações dos poderes executivos. Segundo Vasconcelos e Boto (2020) a defesa do *homeschooling* não deve estar amparada nas condições da escola pública, pois não é preciso a destruição de sistema em virtude do outro, levando em consideração que as duas modalidades coexistem em outros países.

Sem êxito na regulamentação no âmbito legislativo, foi no judiciário que se iniciou um novo capítulo na defesa do *homeschooling*. Vasconcelos e Boto (2020) citam o caso de uma família do Rio Grande do Sul que, em 2013, ingressou no STF com um recurso extraordinário com agravo e pedido de liminar contra uma secretaria municipal de educação reivindicando o direito de educar sua filha em casa. Os argumentos da família envolviam o convívio com crianças de diferentes idades e questões religiosas, não concordando com as imposições do ensino regular do evolucionismo e a teoria de Darwin.

Zitkoski e Rosa (2022) e Marcon, Dourado e Bordignon (2022) destacam que as famílias justificam o *homeschooling* em detrimento da qualidade do ensino na escola, a

violência, preconceitos e *bullying*, mas também se mostram contrários aos conteúdos que não vão de encontro às suas crenças e pressupostos religiosos e morais. Cecchetti e Tedesco (2020), afirmam que a bandeira da educação domiciliar está calcada em valores religiosos fundamentalistas, com o apoio de partidos, instituições e líderes religiosos em consonâncias com o movimento neoconservador espalhado em diferentes países.

Para Vasconcelos e Boto (2020), a escola possui três funções: ser intermediária entre família e sociedade, preparando a crianças para o mundo público; fornecer o acesso ao mundo letrado, pois ensina a criança a trabalhar com códigos da cultura escrita; e ensinar valores e formas de comportamento em sintonia com a sociedade, ou seja, a ética e a civilidade. Uma criança educada em casa não estará preparada para o mundo, pois não será desafiada pela diversidade social, pois a família é um núcleo homogêneo, a escola é plural e é preciso estar nela para aprender a reconhecer, respeitar e enfrentar a heterogeneidade. Para Marcon, Dourado e Bordignon (2022), a escola é como um rito de passagem da vida privada para a coletiva, respeitando a diversidade e a sociabilidade.

Conforme Molina (2022, p. 13) há a aproximação do governo Bolsonaro tanto com os militares quanto com o ESP. A sua eleição resultou na formação de um governo híbrido civil-militar e tanto as políticas educacionais por ele engendradas quanto suas declarações públicas sinalizavam para a adoção de um projeto nacional de escolas cívico-militares. Assim, o PECIM (Programa Nacional de Escola Cívico-Militares), foi criado por meio do decreto nº 10.004 e transformou as escolas públicas em centros educacionais militarizados, incentivando a obediência militar para a dominação (Molina, 2022). Bolsonaro promulgou em janeiro de 2019 a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no Ministério da Educação (MEC), contando com o apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas e, segundo Dantas (2022, p. 38), “[...] pretende criar 216 escolas cívico-militares até 2026, com atuação mais preponderante no Ensino Fundamental, tendo em vista as elevadas taxas de matrícula nessa etapa da Educação Básica (quase trinta milhões)”. Afirma Mendonça (2019), que o grupo contava com a reeleição de Bolsonaro e projetaram a ampliação do programa.

Santos (2022), debate sobre a questão da qualidade imputada às escolas cívico-militares, ou seja, aos fatores que levariam a essa suposta qualidade: o processo de seleção para entrada (prova), que se confronta ao princípio de igualdade de acesso; a cobrança de valores mensais, o que contraria o princípio de gratuidade da escola pública;

a infraestrutura oferecida, que mantém privilégios para poucos; a diferença do valor aluno/ano, que pode chegar a 18 mil reais, enquanto de uma escola regular é de 5 a 6 mil reais e a exclusão de alunos “problemas”, que contraria o princípio de igualdade de permanência. Santos (2022) ainda cita exclusão de alunos das periferias e outras características (cabelos coloridos, por exemplo), que infringem o princípio de respeito à diversidade.

O programa ganhou espaço através do discurso da volta da tradição e bons costumes, da autoridade e patriotismo que teriam sido perdidos pela escola pública. Conforme Dantas (2022), a violência dentro e fora da escola é utilizada como pretexto para militarização sendo a única saída para enfrentar a evasão escolar e melhorar a qualidade educacional. O autor afirma: “Em síntese, trata-se do aprofundamento do dualismo estrutural educacional no país, marcado pelas profundas desigualdades sociais e econômicas e do gigantesco preconceito contra as classes subalternas encaradas como propensas à violência” (Dantas, 2022, p. 40).

O PECIM busca o apagamento das diversidades sociais, o disciplinamento hierárquico de jovens periféricos, transformação de professores e alunos em robôs, soldados ensinados a obedecer e não a pensar criticamente. De acordo com Alves (2022), buscam o controle dos corpos e identidades de alunos e professores.

Há a expectativa de que o governo Lula possa, através de um debate democrático, sugerir a desmilitarização da escola pública. O primeiro passo foi a extinção da diretoria responsável pelas escolas e a previsão de revogar o PECIM, de forma gradativa. Ainda assim, alguns estados, como o Paraná, anunciaram a intenção de continuar com o programa, mesmo sem os recursos federais previstos por Bolsonaro.

Os projetos citados materializam o pensamento neoconservador na educação e buscam restringir o currículo educacional, impedindo debates muito valiosos à sociedade brasileira como política, gênero, sexualidade e religião, discutidos pela comunidade educacional e previstos nas legislações educacionais como a BNCC.

4. Metodologia

A pesquisa da qual se originou este trabalho quanto à abordagem, classifica-se como quanti-qualitativa, pois através dela buscamos aliar os dados numéricos, por meio de questionários, mas também priorizando a qualidade dos dados coletados com uso de entrevistas. Segundo Knechtel (2014, p. 106) a abordagem quantitativo-qualitativa “[...]”

interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)''.

Do ponto de vista dos procedimentos, trata-se de pesquisa de campo, que foi realizada durante os meses de novembro e dezembro de 2022 com a aplicação de questionários e entrevistas. O questionário foi constituído de 13 questões, sendo 10 de múltipla escolha e 3 abertas e os participantes foram professores que atuam na educação básica em instituições da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. A busca pelos participantes foi realizada em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), que contactou os coordenadores sindicais regionais e municipais e encaminhou o questionário por meio de grupos de mensagens das regionais do sindicato, tendo sido respondido por 77 professores, constituindo, portanto, uma amostra aleatória.

Para a realização das entrevistas foram selecionados 6 professores de várias áreas do conhecimento que afirmaram, no questionário, terem vivenciado situações de perseguição em razão de sua prática docente ou posicionamento político. A entrevista foi semiestruturada, constituída de 8 questões com teor semelhante às do questionário, porém mais amplas, pois buscavam identificar as formas de resistências e silenciamentos enfrentados pelos professores. As entrevistas foram realizadas de forma presencial (2) e pelo *Google meet* (4), tendo sido gravadas e transcritas. Também realizamos entrevista com o responsável pelo setor jurídico do Sinte, que acompanha os processos de perseguição encaminhados pelos professores de SC.

Quanto aos procedimentos éticos, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com o CAE 64057822.2.0000.016 e foram seguidas todas as normas contidas nas Resoluções que envolvem a pesquisa com seres humanos.

Os dados resultantes da pesquisa que deu origem a este trabalho foram organizados em cinco categorias: caracterização dos participantes; identificação de temas sensíveis; constrangimentos, coações e perseguições enfrentadas pelos participantes; o apoio recebido e as resistências e silenciamentos dos professores. Como o presente trabalho é o recorte da referida pesquisa, dela selecionamos os dados produzidos por meio do questionário com os professores e da entrevista com o

responsável pelo setor jurídico do Sinte, que foram organizados de forma sintética com maior ênfase à categoria resistências e silenciamentos dos professores.

5. Resistências e silenciamentos dos professores

Os projetos neoconservadores educacionais da última década vêm interferindo na prática pedagógica ou na participação social ou política dos professores, como ratificam os dados produzidos neste estudo que passamos a relatar.

Quanto ao perfil dos participantes, no que se refere ao sexo, 57,1%, se auto declarou feminino e 42,9% masculino, demonstrando a predominância feminina. Em relação à idade, em ambos os casos a maioria tem entre 30 a 49 anos.

Também foi perguntado se os participantes estão envolvidos com movimentos sociais ou políticos e 68,8% responderam afirmativamente e 31,2% não tem participação, demonstrando que a maioria acredita nas lutas coletivas e de categoria.

Em relação ao receio de trabalhar com temas sensíveis em aula e, em caso positivo, a partir de quando isso se deu, 77,8% apontou aumento nos últimos 5 anos; 9,2% nos últimos 10 anos, 6,5% sempre evitaram trabalhar temas polêmicos; 3,9% afirmaram há mais de 20 anos e 2,6%, nos últimos 15 anos. A título de exemplificação apresentamos dois posicionamentos dos participantes:

Eu nunca tinha sentido medo. Eu sempre fui muito corajoso, mas de 2020, 2019 pra cá, tenho tido um pouco de receio. Eu continuo trabalhando, mas com mais de receio, com mais cuidado, com medo de represália (Questionário, 2022).

Eu acho que dá para dizer receio mesmo, porque abordar questões de sexualidade, de gênero a gente fica receosa. Ainda mais nos últimos tempos quando a gente vê colega sofrendo ameaças e até mesmo a gente ouve, sente ameaças se abordar conteúdos políticos ou ligados à sexualidade. (Questionário, 2022).

Segundo Colombo (2018) e Bárbara, Cunha e Bicalho (2017, p. 107), três acontecimentos contribuíram para que a onda conservadora chegasse à educação: “[...] a greve dos professores do Paraná e as ocupações estudantis das escolas em 2015. Em seguida, o impeachment teria sido o que faltava para o avanço do ESP a partir de 2016”. Colombo (2018), menciona Espinosa e Queiroz (2017), que consideram o avanço conservador e do ESP desde as manifestações de junho de 2013 até o impeachment.

Ao indagar sobre temas considerados sensíveis ou polêmicos, destacaram temas como política (44), gênero (24), sexualidade (19) e religião/religiosidade (11). O

responsável pelo setor jurídico do SINTE confirmou que os processos encaminhados ao sindicato, em sua maioria, referem-se a temas políticos, especialmente por professores que atuam na área de ciências humanas e trabalham com temas como democracia e ditadura e são acusados de fazer “política partidária”. As denúncias sobre intolerância religiosa geralmente são feitas por famílias evangélicas contra professores de matrizes africanas, o que revela também que existe um perfil do professor denunciado.

Os dados ratificam a conclusão de que os movimentos neoconservadores, obtiveram êxito no cerceamento da liberdade de ensinar e aprender temas tão importantes para a sociedade, como gênero e sexualidade, por exemplo. Segundo o Human Rights Watch (2022, s.p)ⁱ a abordagem desses temas:

A informação sobre gênero e sexualidade é um componente crucial da EIS. O alto nível de violência de gênero no Brasil, incluindo violência contra mulheres, meninas e pessoas LGBT, é um indicador da urgente necessidade de tal educação nas escolas. Estudos e especialistas em educação vinculam a EIS a resultados positivos, como atraso no início das relações sexuais e aumento do uso de preservativos e contracepção, maior conhecimento sobre proteção contra violência sexual e baseada em gênero, bem como atitudes positivas em relação à equidade e diversidade de gênero.

Quanto aos temas sensíveis, 63,3% dos participantes evitaram abordá-los em sala de aula, silenciando-se por receio de se verem envolvidos nessas situações e alteram suas práticas educativas, o que configura a autocensura. Em outra direção, 32,5% dos participantes manifestaram-se resistentes e 3,9% preferiram não comentar a questão. Como é possível perceber conteúdos do cotidiano escolar tornaram-se difíceis de serem trabalhados pelos docentes que responderam o questionário desta pesquisa, como se pode confirmar em resposta dada no questionário.

Professores de Ciências, por exemplo, trabalhar sistema reprodutor é o mais delicado. Os que abordam corpo humano, puberdade, sexualidade, métodos contraceptivos, etc. Por conta de discursos de pais, na mídia, falar sobre isso é incentivar o uso, o ato ou a mudança de comportamento, etc (Questionário, 2022).

Vasconcelos, Araújo e Leal (2020, p.256), apontam que, se aprovado, o ESP, instalaria a “lei da mordaza”, tornando a docência atividade torturante, pois os docentes estariam “[...] sujeitos a julgamentos sobre o que seria ou não ideológico, provavelmente muitos professores deixariam de ministrar conhecimentos relevantes, o que poderia restringir os diálogos e, conseqüentemente, as construções epistêmicas coletivas”.

Os dados desta pesquisa corroboram Penna (2016, p. 297) que afirma que para os

representantes do ESP, os professores “[...] doutrinariam ideologicamente os seus alunos, impondo os seus valores éticos, políticos e sexuais. Sem dúvida, dois elementos estão em foco: a questão de gênero e a questão político-partidária”. Assim, colocam a sociedade em confronto com professores e escola, desconsiderando a importância do debate.

No que se refere a quem exerce maior influência em relação à decisão de ensinar ou abordar os temas sensíveis/polêmicos, se destaca a família (50%), seguido dos alunos, com 22%. Portanto, observa-se como o núcleo familiar é influenciado pelos neoconservadores e promovem a censura na abordagem de conteúdos escolares. Como exemplos de relatos de professores, transcrevemos dois depoimentos:

Pais procuraram a direção fazendo queixas sobre minhas aulas; alunos procuraram o setor pedagógico da escola e se manifestaram contra minhas ideias. (Questionário, 2022).

Reclamação de pais em explicações sobre orientação sexual feita pelos próprios alunos e ameaça de processo se a professora abordasse assuntos sobre a eleição presidencial. etc (Questionário, 2022).

Há também casos em que estas partem dos gestores e colegas de trabalho. Nesses casos, destacam-se as ouvidorias, pois possibilitam o anonimato, expondo apenas o denunciado. O uso da internet e as filmagens não autorizadas também se fazem presentes, disseminando o ódio aos professores de maneira indiscriminada. A seguir alguns relatos ilustrativos:

Outra **ouvidoria** mais recente foi em relação a **resolução de conflitos que acabei intervindo e uma ex-estudante da escola** amparada (e com o conhecimento) da direção atual fez a ouvidoria reclamando do posicionamento que tomei sobre o cancelamento de um estudante.

Os estudantes me filmaram enquanto eu escrevia no quadro. Faziam muitas suposições por conta do meu porte físico e por conta de eu estar sempre bem arrumado e me preocupar com a minha aparência.

Mesmo os próprios colegas têm dificuldade em aceitar opiniões contrárias às deles e não agem com o devido respeito.

Os registros confirmam que de diferentes formas os professores foram e são expostos, ao trabalharem questões pertinentes a comunidade escolar. Como exemplo citamos o relato de um participante que trabalhou com o tema pandemia com os alunos do Ensino Médio e foi vítima de perseguição por parte de um vereador que desvalorizou o trabalho e incitou a sociedade contra o trabalho docente: “Produzimos um

documentário com os alunos na Trilha do NEM. Era sobre a má gestão da pandemia. Um vereador da cidade fez vídeos incitando a comunidade escolar contra a escola, turma e professores” (Questionário, 2022).

O estudo também buscou identificar as formas de perseguições enfrentadas pelos professores e 76,6% afirmaram que já se sentiram perseguidos em decorrência de suas atitudes, demonstrando que não são fatos isolados, mas ocorrem com frequência no ambiente escolar. 19,5% não se sentiram perseguidos e 3,9% preferiram não responder.

As denúncias e ameaças continuam, ainda que o ESP tenha sido considerado inconstitucional. Algebaile (2017, p. 70) chama a atenção para o efeito do PL do ESP, pois mesmo sem vigência jurídica é considerado instrumento estratégico jurídico-político para controlar a escola e produz os efeitos esperados pelos seus entusiastas:

[...] que não são necessariamente a efetiva responsabilização criminal e a aplicação jurídica de punição, mas a autocensura, o constrangimento e a coibição de comportamentos e práticas que possam, mesmo remotamente, ser identificados como “doutrinação” ou “desrespeito às convicções morais da família”.

As formas de constrangimento também foram apontadas e a maior parte das medidas adotadas foram conversas e registros em atas. Dos participantes do questionário, apenas dois judicializaram as situações sofridas. Embora não haja subsídios concretos para entender esse número de judicialização em relação ao total, é possível pressupor que a maior parte dos casos são resolvidos internamente na escola entre os sujeitos envolvidos.

Esses dados também são confirmados pelo responsável pelo setor jurídico do Sinte, que relatou que existem aproximadamente 50 ações encaminhadas ao sindicato por assédio moral ou perseguições políticas, mas 15 foram judicializadas porque, geralmente, os processos são carentes de provas ou legalidade e mesmo com sentença favorável, as indenizações são de baixo valor e, desta forma, não inibem a prática, demonstrando a fragilidade dos mecanismos administrativos. Assim como na Ditadura Militar os agentes repressores não foram punidos, deixando nas vítimas o sentimento de impunidade (Luz; Almeida; Silveira, 2021), atualmente os “denunciadores” também permanecem impunes.

Em casos em que a exposição dos professores ocorreu nas redes sociais por agentes políticos, houve grande exposição, visto a grande facilidade de

compartilhamento, comprometendo inclusive a relação do profissional com a comunidade escolar. A exposição nas redes sociais é uma das armas do ESP, que atua tanto na sua página na internet como no Facebook, disponibiliza e orienta familiares a denunciarem práticas de doutrinação político-ideológica, com 42 relatos entre 2004 e 2016, expondo de maneira indiscriminadas professores em razão de sua prática docente (Bárbara; Cunha; Bicalho, 2017).

É preciso destacar que, mesmo os casos que se resolvem internamente, com conversas ou atas, abalam os professores no que se refere a segurança profissional e ética do seu trabalho ou atuação sindical ou política, causando o silenciamento e autocensura. O fato é confirmado no relatório do Human Rights Watch (2022), em que 8 dos 32 professores relatam que, mesmo não tendo sido punidos, responderam a procedimentos disciplinares que influenciaram sua saúde mental e alguns abandonaram a carreira por se sentirem assediados e ameaçados de morte.

É válido ressaltar que as perseguições contra professores ocorrem tanto pela sua prática docente, mesmo que estejam previstas nas legislações educacionais, mas também a sua atuação sindical ou política. Seu direito de se manifestar politicamente enquanto cidadão é cerceado e usado de forma covarde, principalmente por agentes políticos que, ao invés de lutarem pela educação de qualidade, usam seu espaço privilegiado para insuflar a comunidade escolar contra os professores e a escola pública.

Os dados da pesquisa indicam que, mesmo perseguidos ou submetidos a silenciamentos, os docentes buscam estratégias de resistir e se auto afirmar profissionalmente, enfrentando judicialmente, permanecendo no magistério e continuando com suas práticas educativas, político-partidárias ou sindicais, muitas vezes ainda que com receio.

Quanto aos apoios recebidos ao vivenciarem situações de perseguições observa-se que 46,8% dos participantes dizem ter recebido apoio e 53,20% não receberam ou receberam apoio em partes, enfrentando praticamente sozinhos a situação. Todos os casos que tramitaram na Justiça tiveram sentença favorável, mas, infelizmente, as indenizações foram de baixo valor financeiro, o que não impede que se repitam. É preciso considerar que durante o governo Bolsonaro houve uma campanha de descredibilização dos sindicatos, usando de uma crise mundial promovida pela classe dominante que não suportava observar os ganhos de entidades como estas.

A maior rede de apoio dos professores concentra-se na escola, seja por parte dos colegas ou da direção. Muitas vezes eles enfrentam essas situações de maneira solitária e o sindicato, quando procurado, os ampara de diferentes maneiras. De acordo com o responsável pelo setor jurídico do Sinte, o Estado não oferece suporte aos seus profissionais quando enfrentam essas situações e contam unicamente com a atuação do sindicato.

Procurou-se identificar como os professores enfrentam as situações vivenciadas e concluiu-se que o enfrentamento se dá a partir de uma dupla chave: resistência e silenciamento. Complementares, essas duas dimensões integram um conjunto de estratégias de enfrentamento que, dessa forma, guarda relação com os diferentes modos como essas situações acontecem. Ao se tratar dessas dimensões, pode-se associá-las às relações entre clandestinidade e educação. Segundo Luz, Silveira e Almeida (2021, p. 15), a educação clandestina guarda relação com:

[...] um conjunto de práticas sociais heterogêneas de formação, de resistência e de exclusão que por estratégia ou imposição, são práticas marcadas pelo silêncio, por regimes de clandestinidade – distintos, complementares ou sobrepostos – definidos na dialética tensão entre liberdade e opressão, sendo, portanto, práticas constituídas a partir de experiências individuais e coletivas da (in) visibilidade, da (i)legalidade, e da (des)igualdade.

Assim, ao analisar as dimensões de silenciamento e resistência, trata-se das diferentes formas da clandestinidade na educação, cuja condição pode significar, inclusive, o exercício de práticas de liberdade em contextos de opressão e de resistência.

Numa questão que envolvia a escala de representação em relação ao receio de serem perseguidos ao selecionarem o conteúdo, a maioria (67,6%), concorda total ou parcialmente com a afirmação e 23,4% não se sentem receosos, assinalando as opções “discordo totalmente (15,6%) ou “discordo parcialmente” (7,8%). Situação semelhante se observa na mudança da metodologia, onde 58,4% afirma ter alterado sua prática por receio de diferentes segmentos escolares, 36,4% diz não ter alterado sua metodologia e 5,2% preferiu não responder, demonstrando que mais da metade alterou a metodologia por receio de perseguição, silenciamento e autocensura.

O medo pode gerar um sentimento de auto regulação, evitando abordar conteúdo ou metodologia, situação que corrobora com o que Algebaile denunciava em 2017 (p. 70): “Como o teor do modelo de Projeto de Lei e sua forma de divulgação difundem, por si,

um clima de vigilância, suspeição, denúncia e punição, não é preciso haver um projeto aprovado para que se cumpra parte dos efeitos esperados”.

Investigamos a disposição dos participantes quanto a um possível abandono da profissão em virtude das situações vivenciadas e os dados demonstram que 53,2% não cogita desistir do ofício, 24,7% já considerou essa alternativa em algum momento e 20,8% afirmaram estarem inclinados a desistir da profissão, ou seja, há 46,8% dos pesquisados que se declaram dispostos a isso, o que configura um quadro preocupante. Os professores com mais de vinte anos de profissão demonstraram mais resistência, pois não cogitam abandonar o magistério mesmo diante de tantas dificuldades, além da financeira. A título de exemplificação transcrevemos um relato de um participante de cada grupo:

Aí algumas vezes a gente pensa porque às vezes se decepciona. Principalmente agora. Depois desse fato que relatei, aconteceu na época da pandemia porque estava trabalhando mais online... Mas a gente pensa assim às vezes, porque se sente frustrado com algumas situações dentro da escola.

Não, porque o magistério é uma paixão. A gente precisa se encantar com ele, então não é essas estas pedras no caminho que a gente vai deixar de acreditar que ainda tem jeito.

O quadro geral, portanto, não deixa de impressionar, pois com quase metade dos participantes declararem já terem cogitado desistir ou abandonar a profissão em algum momento.

É necessário pontuar o quanto esses professores, apesar das tentativas de silenciamento por parte da família, da escola, do Estado, através de atas, reuniões, denúncias, ouvidorias, exposições nas redes e sociais, ainda persistem e mesmo receosos não alteram suas práticas pedagógicas ou deixam de ensinar os conteúdos sensíveis, não abandonam suas lutas sociais, políticas e/ou sindicais.

6. Considerações finais

O estudo realizado com professores da educação básica demonstrou que a onda neoconservadora e os seus projetos educacionais vêm afetando o trabalho e atuação partidária e sindical dos professores. Estes, em sua maioria, perceberam a dificuldade em trabalhar temas sensíveis como política, gênero, sexualidade e religiosidade e relatam que isso se intensificou nos últimos anos.

Assim, confirma-se que os movimentos neoconservadores vêm afetando diretamente o trabalho docente, visto que os professores têm alterado sua metodologia ou evitado conteúdos polêmicos e, isso também é uma forma de resistir, pois permanecem na docência.

As formas de silenciamento passam pela autocensura, seja pelo não ensino de conteúdos sensíveis ou por não buscar ajuda do Sindicato ou jurídica quando enfrentam situações de constrangimento, por medo de represálias ou evitar problemas futuros, o que é muito compreensível. Os silenciamentos também podem aparecer através de conversas sutis, ou exposições em redes sociais e denúncias contra professores em órgãos públicos como o Tribunal Eleitoral ou Ministério Público e junta-se a isso as baixas indenizações dadas aos professores, o que não inibe os agressores. Outras formas de silenciamentos são os afastamentos e até mesmo a possibilidade de abandono do magistério.

Destaca-se também, no estudo, a importância da rede de apoio aos professores no enfrentamento a estas dificuldades, seja dos colegas da escola ou do sindicato da categoria e se constitui numa forma de resistência, o que indica a importância da luta coletiva.

Referências

ALGEBAILLE, Eveline. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

ALVES, Edmar Moreira. **Concepções de finalidades educativas escolares na perspectiva de líderes religiosos evangélicos neopentecostais**. 2020. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2020.

ALVES, Miriam Fábila. **Mesa temática 1: Militarização das escolas: implicações para a educação básica**. 18 out. 2022.

APPLE, Michael. **CMD 2022. Palestra: Democratic Education (Educação Democrática)**, 28 out. 2022.

BÁRBARA, Isabel Scrivano Martins Santa; CUNHA, Fabiana Lopes da; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, Out./Dez. 2015.

CASTRO, Matheus Rufino. Conservadorismo e irracionalismo: Bolsonaro enquanto reação do capital a sua crise estrutural. **Trabalho & educação**, v. 30, n. 4, p.33-49. 2021.

CECCHETTI, Élcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em “xeque”: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 2020.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A frente liberalultraconservadora no Brasil – Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido**. 2018. 367 f. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, 2018.

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 23, n. 4, p. 774-784, Out.Dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.234.11/607474>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DANTAS, Jéferson Silveira. A ofensiva das frações de classe bolsonaristas no desmonte da educação básica pública: escola sem partido, escolas cívico-militares, homeschooling e o ‘agro’ de olho no material escolar. **Alemur**, v. 7, n. 2, p. 31-47, 2022.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 906–926, 2018.

GEMELLI, Débora Mendes de Souza; MAGANHINI, Thais Bernardes. Educação domiciliar (homeschooling): uma análise constitucional da matéria. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 6, n. 16, p. 283–298, 2019.

GONZALEZ, Jeferson Anibal; COSTA, Michele Cristine da Cruz. Neoliberalismo, neoconservadorismo e educação: o movimento “Escola sem Partido” para além do projeto de lei. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 3, 2018.

HENRIQUES, Adrian Evelyn Lima. **Educação, conservadorismos e religião: mapeamento e análise do avanço neoconservador na educação brasileira**. 2021. 235f. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Tenho medo, esse era o objetivo deles” esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>, 2022.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45. São Paulo, 2019.

LUZ, Pâmela Tainá Wink da; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; SILVEIRA, Éder da Silva. Professoras “subversivas”: narrativas autobiográficas de mulheres militantes no relatório da comissão nacional da verdade (CNV). **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 06, n. 19, p. 1000-1020, Set./Dez. 2021.

MARCON, Telmo; DOURADO, Ivan Penteador; BORDIGNON, Luciane Spanhol. A escola como espaço socializador: uma crítica aos limites do homeschooling. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 793-816, 2023.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo? **Retratos da escola**, v. 13, n. 27. 2019.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Educação sem partido: golpes de estado e governos militarizados (1964 e 2016). **Revista Eletrônica de Educação**, v.16, p. 1-22, e4719001, Jan./Dez. 2022.

MOLL, Roberto. **Imaginando o “outro” e a nação nas relações internacionais: commentary magazine, the New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977-1992)**. 2015. 275 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2015.

NÓVOA, António. Porque a história da educação. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

PENNA, Fernando Araújo. Sobre o ódio ao professor: Entrevista com Fernando Penna. **Movimento- Revista de educação**, n. 3, p. 294-301, 29. Jan. 2016.

PENNA, Fernando Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PENNA, Fernando Araújo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 567-581, 2018.

SANTOS, Catarina Almeida. **Mesa temática 1: Militarização das escolas: implicações para a educação básica**. 18 out. 2022.

SEPÚLVEDA, José Antônio; MENDONÇA, Amanda André de. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 868-892. 2019.

VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; ARAUJO, Jomária Alessandra Queiroz de Cerqueira; LEAL, Ione Oliveira Jatobá. A visão de professores sobre o projeto escola sem partido: conceitos, tensões e práticas. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**. v.29, n.58, p.250-269, 2020.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; BOTO, Carlota. A educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problema e propostas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014654, p. 1-21, 2020.

ZITKOSKI, Jaime José; DA ROSA, Nilson Carlos. Direito à Educação no Brasil: análise sobre a proposta da educação domiciliar. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 769-792, 2023.

Notas

ⁱ Pesquisa realizada entre 2020 e 2021, de forma remota, entrevista com 32 professores de oito estados brasileiros, e 24 entrevistas com servidores públicos da educação. Também analisou

processos administrativos e disciplinares contra professores no que se refere a gênero e sexualidade.

Sobre os autores

Letícia Maria Rebelatto

Mestre em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. É professora da rede estadual de educação do governo de Santa Catarina e membro do grupo de pesquisa “Formação de professores, Currículo e Práticas Pedagógicas”, atuando no seguintes temas: formação de professores, políticas educacionais e currículo. Email: letimaria@unochapeco.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0891-5099>

Marilandi Maria Mascarello Vieira

Pós-doutora em Ciências da Educação, na especialidade Sociologia da educação e Política Educativa na Universidade do Minho - PT. Doutora em Educação nas Ciências pela Unijui, Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó e membro do grupo de pesquisa “Formação de professores, Currículo e Práticas Pedagógicas”, atuando no seguintes temas: formação de professores, políticas educacionais e currículo. Email: marilandiv@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5531-9946>

Diego Orgel Dal’ Bosco Almeida

Pós-doutor em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó e líder do grupo de pesquisa “Formação de professores, Currículo e Práticas Pedagógicas”, atuando nos seguintes temas: acervos e arquivos escolares, cultura escolar, histórias e memórias da Educação no Brasil, História Regional da Educação, ensino de História. Email: diegodalbosco@unochapeco.edu.br . Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5715-3591>

Recebido em: 22/02/2024

Aceito para publicação em: 26/05/2024